

Apresentação

Sociologia, cultura e política no México

Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco

Os textos reunidos neste Dossiê permitem ao leitor de *Tempo Social* familiarizar-se com o contexto inicial de implantação institucional da sociologia no México, que se deu, embora com ritmos e efeitos desiguais, aproximadamente no mesmo período (1930-1970) que em muitos países da América Latina, especialmente o Brasil, a Argentina e o Chile.

A implantação da sociologia nessa região, durante o século XX, derivou da associação entre dois padrões típicos de institucionalização: as iniciativas nacionais (criação de universidades modernas, cursos de graduação e pós-graduação, centros de pesquisa, editoras etc.) e as transnacionais (organismos como Unesco, Flacso, Cepal, Ilpes etc.). As experiências nacionais concretas podem, então, ser compreendidas segundo o predomínio de um ou outro desses padrões e do tipo de combinação entre eles. De acordo com esse parâmetro, no Brasil, na Argentina e no México, prevaleceram as iniciativas nacionais, em contraste com o que ocorreu no Chile, país em que as iniciativas transnacionais tiveram um papel preponderante.

A especificidade do caso mexicano não pode ser compreendida, entretanto, sem se levar em conta o fato decisivo da Revolução (1910) e de suas consequências, sobretudo a transformação significativa da estrutura social do país, a recomposição social das elites dirigentes e a construção do novo pacto político que deu origem ao sistema presidencialista, controlado exclusivamente pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) por setenta anos. A montagem do sistema intelectual e acadêmico, transcorrida nas décadas de 1930 e 1940, é reconstruída no texto de Lidia

Girola, que enfatiza o papel decisivo exercido pelo Estado pós-revolucionário e pelas distintas gerações de intelectuais na criação das principais instituições culturais e acadêmicas. Como “caudilhos culturais”, na feliz expressão de Enrique Krauze, os intelectuais mexicanos pós-revolucionários estiveram sempre com um pé dentro e outro fora do Estado, e a autora expõe o movimento desse pêndulo por meio de uma densa contextualização.

Outra face da relação do Estado com os intelectuais, em especial com os escritores e os críticos, é problematizada por Leonardo Martínez Carrizales, que toma por objeto uma das principais revistas literárias mexicanas do século XX, a *Revista Mexicana de Literatura*, publicada entre meados das décadas de 1950 e 1960. Levando em conta as propriedades sociais dos editores da revista, o texto avalia as tomadas de posição estética e política por meio das quais os principais integrantes do grupo reunido na revista se opuseram ao “nacionalismo revolucionário”, reivindicando autonomia para os escritores. Recuando um pouco no tempo, o trabalho de José Hernández Prado transita entre os contextos intelectuais imediatamente anteriores e posteriores à Revolução, analisando as trajetórias de José Vasconcelos e Antonio Caso, membros destacados do Ateneu da Juventude, expostas ao período mais violento e instável do processo revolucionário, que implicaria inesperadas mudanças de rota política para ambos.

O processo mais específico da emergência das ciências sociais no México é abordado nos textos de Margarita Olvera Serrano, Laura Angélica Moya López, Luiz Carlos Jackson, Alejandro Blanco e María García Castro. Os primeiros trabalhos do conjunto recuperam as trajetórias de três personagens decisivos dessa história – Lucio Mendieta y Núñez, José Medina Echavarría e Pablo González Casanova –, oferecendo um contexto suficientemente abrangente para apreendermos as disputas e as tensões no interior das quais os três combateram como pioneiros da sociologia moderna no México. Por fim, e se notarmos que esses protagonistas foram homens, o último texto enfrenta o problema das relações de gênero nesse período, explicitando a existência de uma estrutura patriarcal extremamente rígida e impermeável, que impunha enormes dificuldades às mulheres que pretendiam afirmar-se como cientistas sociais.

Texto recebido em 14/3/2016 e aprovado em 13/4/2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2016.112247.

LUIZ CARLOS JACKSON é sociólogo e professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. E-mail: ljackson@usp.br.

ALEJANDRO BLANCO é sociólogo e professor da Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), membro do Centro de Historia Intelectual da UNQ e pesquisador do CONICET. E-mail: ablanco@unq.edu.ar.